

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 514.171 - PE (2019/0162050-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : RODRIGO GONCALVES TRINDADE
ADVOGADO : RODRIGO GONÇALVES TRINDADE - PE001081B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
PACIENTE : _____ (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. DESPROPORCIONALIDADE E IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DA PENA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RÉU QUE RESPONDEU AO PROCESSO EM LIBERDADE POR 8 ANOS. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Por se tratar de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo a atual orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. As alegações concernentes à desproporcionalidade da medida em relação à liberdade deorréu e à impossibilidade de execução provisória da pena após condenação em primeira instância não foram objeto de análise no acórdão impugnado, o que obsta o exame por este Tribunal Superior, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância.

3. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP. Devendo, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos do previsto no art. 319 do CPP.

4. No caso dos autos, as instâncias ordinárias destacaram a periculosidade do agente, com base em elementos concretos, quais sejam, no fato da reiteração delitiva, em processos com condenações que datam de 1996, 2000 e 2001. Contudo, conforme se tem da leitura da sentença, não foi indicado nenhum motivo contemporâneo a fim de justificar a medida extrema, e, após relaxada a prisão pelo Tribunal, não foram colacionadas notícias de que o paciente, em liberdade durante parte da instrução, tenha se envolvido em novos delitos, o que acabou

por demonstrar a suficiência da aplicação das medidas cautelares alternativas anteriormente impostas.

5. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para revogar a prisão preventiva do paciente, ressalvada a

Documento: 114002243 - EMENTA / ACORDÃO - Site certificado - DJe: 24/08/2020

Página 1 de 2

Superior Tribunal de Justiça

aplicação de medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, a serem definidas pelo Juiz de primeiro grau, observada a possibilidade de decretação de nova prisão, devidamente fundamentada, desde que demonstrada concretamente sua necessidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido e conceder, de ofício, nos termos do voto do Sr.

Ministro

Relator.

Os
Felix
Mussi,

Brasília, 18 de agosto de 2020(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

Sr.

Srs. Ministros
Fischer, Jorge
Reynaldo
Soares da
Fonseca e
Ribeiro Dantas
votaram com o
Ministro
Relator.

